

A LITERATURA DO COLONIZADO: TEORIA E CRÍTICA PÓS-COLONIALISTAS NA LEITURA DE A TERRA DOS MIL POVOS: HISTÓRIA INDÍGENA DO BRASIL CONTADA POR UM ÍNDIO

THE LITERATURE OF THE COLONIZED: THEORY AND POST-COLONIAL CRITICISM IN THE READING OF A TERRA DOS MIL POVOS: HISTÓRIA INDÍGENA DO BRASIL CONTADA POR UM ÍNDIO

Marilia Gabriela Barros de Moraes¹

Henrique Roriz Aarestrup Alves²

Universidade do Estado de Mato Grosso

Resumo: Na história literária do Brasil, a voz e a autoria dos povos nativos ficaram silenciadas por quase quinhentos anos. A literatura indígena contemporânea brasileira começou a ser percebida de forma significativa no final do século XX. O presente artigo foi baseado na metodologia empregada de pesquisa bibliográfica da narrativa indígena: *A Terra dos Mil Povos*: história indígena do Brasil contada por um índio, do autor indígena Kaka Werá Jecupé e pesquisa teórica da crítica literária pós-colonialista. O artigo estabelecerá uma breve relação entre o discurso não hegemônico da literatura indígena (nomeado por Thomas Bonicci de contradiscurso) e a visão etnocêntrica europeia à qual os indígenas foram descritos nos livros didáticos, históricos e nos romances literários. Foram feitas duas suscintas pesquisas de campo sobre as obras literárias de autoria indígena disponíveis no acervo da biblioteca da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, da cidade de Sinop, e aos acervos do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE dos anos de 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Como conclusão, percebeu-se que a obra indígena estudada promove o diálogo e o contradiscurso ao cânone literário europeu e que a quantidade das obras disponíveis nos acervos pesquisados é insuficiente para a releitura dos conceitos e estereótipos construídos sobre o indígena.

Palavras-chave: Letras; Literatura brasileira; Literatura indígena; Análise bibliográfica; Pós-colonialismo.

Abstract: In the Brazilian colonization, the flight and the authorship of the native people was silenced for almost five hundred years. The Brazilian indigenous contemporary literature begins to be significantly perceived in the late twentieth century. The present article was based on the methodology employed of bibliography research of indigenous narrative: *A Terra dos Mil Povos*: história indígena do Brasil contada por um índio, from the author Kaka Werá Jecupé and theoretic research on the literary critic post colonialist. This article will make a relationship between the non-hegemonic discourse of indigenous literature (appointed by Thomas Bonicci of counterdiscourse) and the ethnocentric European vision which the indigenous people have been described throughout history and literary novels. Two surveys were done about literary works by indigenous author available in the University of Mato Grosso State library collection and the

¹ Pesquisadora da Unemat. Email: mariliahonda@gmail.com

² Pesquisador da Unemat. Email: henriqueroriz@unemat.br

collection of Nacional School Library Program in the years 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 and 2013. As a conclusion it was noticed that indigenous literary work studied prootes dialogue and couter-discourse to the literary european canon and the literary works available in the researched collections are insufficient rereanding the concepts and stereotypes built about the indigenous people.

Keywords: Letters; Brazilian Literature; Indigenous Literature; Post-colonialism.

Submetido em 29 de janeiro de 2021.

Aprovado em 05 de julho de 2021.

Introdução

A partir da década de 1990, os indígenas do atual território brasileiro romperam o silêncio de suas autorias narrativas, iniciando e ganhando popularidade com a publicação de suas obras literárias. Anterior a esse período, o que existe é uma ausência dos relatos no mercado editorial, sobretudo no ambiente escolar e na academia. O indígena era figurado pelo olhar do colonizador, sob “uma visão que não pode escapar à formação dos cronistas do século XVI e posteriormente aos projetos³ nos quais estão inseridos” (THIEL, 2012, p. 17). Um conhecido exemplo é a carta do achamento de Pero Vaz de Caminha, depois Basílio da Gama, “que via o índio como ‘homem natural’; Frei Santa Rita Durão, que os apresentava como ‘os comedores de carne humana’” (SOUZA, 2018, p. 68) e os antigos relatos do mercenário viajante Hans Staden que circularam em grande parte da Europa no século XVI. O nativo, nesses textos, foi descrito, ora como bárbaro, selvagem, primitivo e canibal, ora como nobre e inocente (sem deixar de lado a condição primitiva), como na construção da imagem do “bom selvagem”⁴.

Nos séculos XVIII e XIX o nativo passa a fazer parte de uma concepção em que é retratado como o personagem adequado na construção da identidade nacional de um povo brasileiro que buscava uma “afirmação cultural” (THIEL, 2012, p. 44). Marcado pelo romantismo europeu inspirado por Lord Byron, Alfred du Musset e outros, o indianismo reforça o passado mítico, representa o indígena idealizado, exótico, puro, marcado pela coragem, honra etc. Nessas perspectivas, segundo Santos, (2009 b, p. 68): “o índio é delineado a partir de denominadores comuns em alguns casos e de caracteres

³ Projetos de construção do discurso colonizador.

⁴ Termo utilizado por Jean-Jacques Rousseau, no século XVI.

adversos noutros, e deságuam no mesmo manancial da nacionalidade ou da formação do povo brasileiro”. José de Alencar com *Iracema* e *O guarani* é o exemplo de autoria mais marcante deste período.

Mais adiante, temos o modernismo, com a procura de outra identidade nacional e é publicado *Macunaíma* (1928) por Mario de Andrade. Influenciado principalmente pelas ideias e conceitos do movimento artístico literário de 1922, o definiu como “retrato do Brasil” e “faz cópia de vários outros livros, misturando crenças populares com costumes dos povos indígenas, pensamentos filosóficos e realidades capitalistas” (SOUZA, 2018, p. 69). O ambíguo e multifacetado herói da narrativa é o resultado gerado da simbiose dos principais povos formadores da população brasileira: o branco, negro e o indígena.

Ainda nesse contexto surge a literatura indigenista. O movimento indigenista busca mostrar o indígena como sujeito em um país que o determina estrangeiro e marginal, ou seja, como não-sujeito (DORRICO, 2018, p. 236). Antônio Callado, Darcy Ribeiro, Guimarães Rosa, dentre outros, em suas publicações e estudos, aparecem inaugurando essa nova visão mais etnológica e preocupada com os povos indígenas e sua situação de desassistidos pelo governo e sociedade.

Antônio Callado publica *Quarup* em 1967 e dá início ao referido conceito de indigenismo literário do Brasil. A narrativa é desenvolvida a partir do ritual de celebração dos mortos realizado pelos indígenas do Xingu. A narrativa é situada historicamente no início do governo de Getúlio Vargas, na década de 1950, e vai até o golpe militar em 1964.

Darcy Ribeiro publica *Maíra*, em 1976, a partir de suas experiências etnográficas, redigindo essa obra ficcional rica em ironia no intuito de desconstruir a imagem do indígena arquitetada pelo romantismo indianista. Além da escrita indigenista, Darcy Ribeiro também contribui com a formação do Parque Nacional do Xingu em 1951, do Museu do Índio no Rio de Janeiro sendo, enquanto senador, o instrutor da Lei Darcy Ribeiro (LDB/96), a qual destaca três artigos que norteiam a educação escolar indígena no Brasil.

Santos (2009 b, p. 414) elege o conto *Meu tio Iauaretê* (1961), de Guimarães Rosa, como a narrativa indigenista que mais se aproxima da autenticidade de um discurso proferido por um indígena, pois tem a pretensão de desenvolvê-la a partir da ótica do

próprio nativo, o que não acontece em outras obras literárias com proposta temática semelhante. Nesse sentido, o conto de Rosa insere certa mudança no espaço canônico literário ao situar o indígena como agente de seu curioso processo de se metamorfosear em animal, o que pode ser considerado, simbolicamente, como um importante retorno ao universo mítico totêmico indígena.

Outro expoente da literatura chamada indigenista, são as obras publicadas pelos Irmãos Villas Boas, como *A marcha para o oeste* publicado pela primeira vez em 1994. Os Villas Boas também atuaram de maneira imprescindível na demarcação das terras do Parque Nacional do Xingu e na intermediação para a migração das populações indígenas que tiveram seus territórios invadidos por garimpeiros para o Parque.

O processo colonizador ao qual a América Latina passou, gerou uma relação de força entre o colonizador e os povos nativos considerados inferiores e colonizados. Essa relação de força se manifestou (e ainda se manifesta) de diversos formatos. Talvez a mais forte aparição seja pela força do discurso empregado e construído ao longo da formação da história desses povos, tanto na colônia, como na metrópole. O discurso de poder ao qual tratamos aqui abrange concepções científicas, religiosas, históricas e literárias. Esse discurso é construído por quem detém uma autoridade para se forjar um conceito de verdade que lhe seja útil aos interesses de manutenção da relação colonizador-colonizado.

É evidente que o poder, com todas as suas consequências, é exercido para que surta o máximo efeito possível. Gerações de europeus se convenciam de sua superioridade cultural e intelectual diante da ‘nudez’ dos ameríndios; gerações de homens, praticamente de qualquer origem, tomavam como fato indiscutível a inferioridade das mulheres. Nesses casos, estabeleceu-se uma relação de poder entre o ‘sujeito’ e o ‘objeto’, a qual não reflete a verdade. (BONICCI, 2009, P.253).

A crítica pós-colonialista literária percebe essas sutilezas na complexidade do ato de colonizar e defende que ela acontece além da colonização física, econômica e política abrangendo a colonização da mente e do intelecto, a colonização do saber, ou a colonização da geração da memória (Orlandi, 1990, p. 35). Para Bonicci o processo de descolonização é considerado lento e uma das vias para alcançá-lo é o contradiscurso.

O contradiscurso baseia-se na ideia do empoderamento dos textos produzidos pelos desfavorecidos nesse processo colonial. No Brasil, por exemplo, pode-se considerar contradiscurso as narrativas e outros estudos produzidos por negros, índios e mulheres.

Isso porque as narrativas oriundas de povos historicamente colonizados apresentam as feridas da colonização que a historiografia e a literatura brasileiras não se preocupam em demonstrar, ou demonstram de forma ilegítima.

Trataremos então neste artigo, da obra de Kaka Werá Jecupé intitulada *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio* (1998). A apreciação será feita buscando os traços de colonização existentes até a contemporaneidade na literatura. Buscará também perceber seu rompimento com as ideias da metrópole e perceber a construção sucinta da história do Brasil, não partindo de um modelo inspirando ou produzido pelo europeu, mas produzido por um representante de um dos povos que estavam do outro lado, sendo oprimidos cultural e fisicamente.

1. O Livro

Káká Wera Jecupé nasceu em 1964 em São Paulo. Filho de pais tapuias, também chamados de txucarramães, juntaram-se com o povo Guarani nos anos de 1960. O escritor mostra-se estudioso das práticas dos povos indígenas e, desde a década de 1980, atua como defensor dos saberes e da cultura dos povos nativos, além de liderar consideráveis projetos que objetivavam resgatar e difundir a sabedoria indígena como forma de lutar contra imposições externas sobre suas tradições religiosas milenares. Jecupé é autor de várias obras, tais como *Tupã Tenondé no pé* (2001), *Oré Awé Roiru'a Ma - Todas as Vezes que Dissemos Adeus* (2002); *As Fabulosas Fábulas de Iauaretê* (2007); *O Trovão e o Vento: Um Caminho de Evolução pelo Xamanismo Tupi-Guarani* (2016); *A Águia e o Colibri - Carlos Castañeda e Ancestralidade Tupi-Guarani: Trilhas com Coração* (2019) (em coautoria com Roberto Crema).

O livro *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio* (1998) é de leitura muito acessível e narra de maneira simples e peculiar, um pouco dos elementos que compõem o universo físico e metafísico de alguns povos indígenas. Não escrevo povos indígenas brasileiros porque existe uma grande discussão sobre o fato de os indígenas se considerarem ou não brasileiros. Isso se dá porque hoje o que denominamos território brasileiro foi estabelecido pelos europeus.

Jecupé descreve o que é ser índio, seus mitos, alguns embates com os brancos e outros elementos culturais baseado nas histórias contadas pelos seus antepassados que são frequentemente recriadas e atualizadas. O livro é maciçamente formado por essas

histórias, que eram transmitidas através da oralidade ministrada de maneira respeitosa e sagrada pelos mais velhos.

É com muita propriedade que o autor destaca o elemento mito como um dos principais alicerces formadores da identidade indígena e aponta como inseparáveis, o nativo e o campo espiritual.

Ao contar sua história, um índio, um clã, uma tribo parte do momento em que sua essência-espírito permeou a terra e relata a passagem dessa essência espírito pelos reinos vegetal, mineral e animal. Há tribos que começam a sua história desde quando o clã eram seres dos espíritos das águas. Outras trazem a sua memória animal como início da história, assim como há aquelas que iniciam a sua história a partir da árvore que foram. (JECUPÉ, 1998, p.14)

No trecho em evidência é destacado também a forte ligação com a ancestralidade, o apego às origens na definição da personalidade e do lugar que ocupam no mundo de hoje. O mito constitui embasamentos para promover as explicações sobre o modo de viver e de pensar de cada um na sua individualidade. As barreiras e as fronteiras que fazem a intersecção entre mito e realidade, no pensamento de Jecupé são questionadas. É clara e presente a multimodalidade literária aludida por Janice Thiél (2012) dessa narrativa indígena que é composta de episódios de caráter pessoais e coletivos assim como contos ancestrais, narrativas oníricas, visões xamânicas e discursos políticos.

Entende-se que a construção do mito indígena é fundamentada nos elementos que constituíam sua vivência na natureza, tal fato, foi de difícil compreensão por parte do português Pero Vaz de Caminha em seu primeiro relato (na carta de achamento) sobre o Brasil ao rei de Portugal Dom Manuel: “Porém o melhor fruto, que nela se pode fazer, me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar.” (CAMINHA, 1999).

Para esse olhar salvador do europeu, aparentemente preocupado em amparar as almas indígenas Bonicci explica: [...] a mesma justificativa de Colombo para fazê-los ‘cristianos’ e de Pero Vaz de Caminha para ‘salvar esta gente’ foi utilizada por portugueses e espanhóis para camuflar a utilização da mão de obra indígena em suas colônias americanas. (BONICCI, 2009, p. 263).

Outro elemento importante da narrativa de Jecupé se encontra na parte final do livro em que o autor desenvolve uma síntese cronológica a partir do “tempo inventado

pela civilização” (JECUPÉ, 1998, p. 71), ou seja, a partir do ano 1500 até o ano 1998, ano da publicação da obra. Nesse momento, os fatos históricos são narrados destacando eventos diretamente relacionados aos povos indígenas.

1839 – Rendição dos cabanos. Epidemias e a atroz perseguição às tribos que com eles combatiam devastam enormes áreas da Amazônia.

1840 – Início da fase extrativista de gomas elásticas da Amazônia, principalmente da borracha (1879-1910), e dará cabo de inúmeras etnias tribais.

1843 – O governo imperial autoriza a vinda de padres capuchinhos para catequizar os índios. (1998, p 79)

Os elementos centrais do foco histórico são os povos indígenas e todas as desapropriações de seus territórios materiais e imateriais (quando lhes inferiorizavam o conhecimento e a práticas nativas) que lhes ocorreram nesses quase 500 anos. O europeu é retratado como invasor e relegado a um personagem ao mesmo tempo que secundário e representação do mal, sendo responsabilizado pelas desgraças que aconteceram aos povos indígenas ali descritas.

2. A presença da obra indígena na descolonização saber

De acordo com Janice Thiél em sua obra *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque* (2012) “a leitura de obras da literatura indígena problematiza conceitos, desconstrói estereótipos, promove a reflexão sobre a presença dos índios na história [...]”. Ela dialoga e promove uma alternativa de discurso sobre o significado atribuído aos nativos pelos europeus. Ela propõe sair do já nomeado índio no momento que demonstra suas peculiaridades, sua maneira de perceber o descobrimento e quando assume a autoria de uma história que até então era contada por historiadores, antropólogos, cientistas europeus ou autores de projeto romântico/nacionalista.

A ilustração a seguir nos exemplifica um pouco da visão construtora desse estereótipo europeu sobre o indígena, que é carregado de violência simbólica (Eni. P. Orlandi, 1990) e mencionado acima por Thiél. Veremos uma representante do povo Tapuia (etnia de Kaka Werá Jecupé) sobre a interpretação do europeu Albert Echkout, pintor holandês que integrou a comitiva de Mauricio de Nassau em Pernambuco em 1637 e ficou conhecido por retratar o índio e o negro no Brasil colonial.

Figura 1. Mulher Tapuia Albert Eckhout 272 x 165 cm (1641)



Fonte: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/indios-brasileiros-retratados-por-um-holandese/-blog:%20Ensinar%20História-Joelza%20Ester%20Domingues>.

Reparem que apesar da tranquilidade transmitida pela expressão da mulher tapuia a nudez e a antropofagia figuram como elementos presentes na imagem construída. Para Bonicci, a apresentação desses elementos tem forte propósito:

A terceira modalidade⁵ refere-se à degradação sistemática do nativo. Por que na cartografia brasileira e nas primeiras páginas dos livros impressos nos primeiros dois séculos de colonização encontram-se constantemente cenas de antropofagia? Por que a nudez, o ateísmo, a preguiça, a selvageria, a sensualidade e a ignorância são tópicos constantes na descrição do negro, quer no Brasil, quer na África do Sul? A imagem

⁵ De acordo com Bonicci 2009, modalidade de *Worlding* que é maneira pela qual a colônia começou a existir como parte do mundo eurocêntrico. É a formação do imaginário que os europeus tinham das colônias por meio do material de divulgação midiática produzido na época.

do nativo/escravo em tais condições foi o gatilho psicológico para a rapinagem da colônia em todos os sentidos. (BONICCI, 2009, p. 265)

Pensando na importância da ruptura da hegemonia do discurso construído através dessas pinturas assim como nos textos literários, Bonicci afirma que a releitura e a reescrita das obras que compõe o cânone literário é fundamental para o processo de descolonização da mente e do intelecto de uma ex-colônia. E exatamente nesse ponto que se ressalta a importância da existência da obra indígena no âmbito das universidades, nas escolas indígenas, não indígenas e na sociedade leitora.

Nesse sentido “o estereótipo indígena disseminado pela cultura colonizadora e repassada durante gerações em materiais didáticos e nas mídias distintas, influencia o imaginário social e cultural na escola e na sociedade em geral.” (TEIXEIRA, 2017, p. 195). A não aceitação da diferença e a caracterização dos povos nativos percebidos no processo colonizador, marcados por uma dualidade excludente e hierarquizada, fez, por consequência, com que os povos indígenas fossem considerados ágrafos e, portanto, sem estrutura organizacional política e religiosa, ou seja, sem voz. A escrita é considerada elemento fundamental para a organização civilizacional das sociedades ocidentais, e a falta dela nos povos indígenas serviu para justificar exclusões e preconceitos. Dito isso, Santos (2009 a) evidencia certa incapacidade de um pensamento moderno em aceitar a coexistência entre as verdades do “eu” e do “outro” que habitam lados opostos no abismo imaginário que separa a “colônia” da “metrópole”.

O intelectual indígena, aqui, figura como elemento que deve assumir a tarefa de promover a polifonia dos textos e obras reescritos para que a voz do colonizado possa emergir com importância no sentido de sugerir o questionamento do texto canônico tradicional que foi produzido para a manutenção de um sistema colonial baseado na força do discurso. Nas palavras de Smith (2018, p.19), ao requisitar para si a autoria de suas histórias, literaturas e pesquisas, os povos originários as “repesquisam”, reescrevem e recontam. Tal fato “caracteriza grande parte da literatura pós-colonial ou anticolonial”

Desse modo, ao narrar os embates do encontro entre europeus e indígenas, na parte final de seu livro, a partir da ótica indígena, Jecupé promove a reescrita da história do “descobrimento” do Brasil, ou seja, o discurso contrário ao que foi feito por estudiosos ou cronistas imersos no modelo ibérico colonizador, realizando, como conceitua Bonicci (2009), um “contradiscurso”. Santos (2009 a, p. 28) sugere um termo que se aproxima em

significado do conceito de reescrita de Bonicci, que é o pensamento “pós-abissal”, que defende que a diversidade no mundo é inesgotável, e que “esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada” (SANTOS, 2009 a, p. 39). Esse pensamento nomeia a luta dos povos estereotipados pela herança colonial e pela “justiça cognitiva global”. No caso dos povos indígenas a concepção de pensamento pós-abissal é nítida e ativa, porque eles estariam do outro lado das linhas imaginárias que separam o socialmente aceito do marginal, e foram submetidos ao paradigma da apropriação/violência epistemológica desde a invasão de seus territórios no século XVI até o presente momento.

Sobre a presença das obras que propõem o diálogo epistêmico e a reescrita das histórias e literaturas sobre o indígena, foi feita uma breve pesquisa de campo no acervo da Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT da cidade Sinop, foi consultado em 26 de outubro de 2020 para fazer um levantamento de todas as obras de autores indígenas disponíveis para leitura. Foram encontrados onze títulos, são eles: *Brinquedos e brincadeiras Ikpeg* de Pitoga Makne Txikão; *Festas e rituais tapirapé* de Nivaldo Korira'i Tapirapé; *Ipywiwe arexemoonãwa ra'ygãwa* de Carlos Xario'i Tapirapé; *Irwa* de Iokore Kawakun Ikpeng; *Ga* de Iokore Kawakun Ikpeng; *O karaíba* de Daniel Munduruku; *Orong* de Iokore Kawakun Ikpeng; *Pintura corporal Ikpeng* de Maiuá Meg Poanpo Txicão; *Zozoiterô : ikya haliti-kozarene zako wawaiyore wazaidyatya wakaiarezatya: vamos aprender a ler e a escrever no idioma Haliti-Paresi* de Walter A. Paresi (org.); *O sumiço da noite* de Daniel Munduruku e *Ritual da tatuagem entre os Ikpeng* de Korotowi Taffarel .

Juntamente com a pesquisa à biblioteca da UNEMAT, houve a consulta ao site oficial do Ministério da Educação para aferir quantas obras de autores indígenas compõem o acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE dos anos de 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Não foi encontrado nenhum exemplar de autoria indígena.

Considerações Finais/ Conclusão

Como considerações finais acerca da análise da obra indígena aqui selecionada, percebeu-se que o puro fato de ela existir e ultrapassar as fronteiras das aldeias dos povos indígenas (principalmente nos meios mercadológicos) é prontamente um sinal de luta e

resistência cultural dos Tapuia. Fazendo uma interpretação e uma tradução da realidade, inicialmente baseada na oralidade da língua original para a língua portuguesa, Jecupé se faz presente demonstrando que as narrativas têm mais de um ponto de vista. A história e a literatura podem e devem ser contadas a partir da multiplicidade de percepções sobre o processo colonizador de forma polifônica. Bonicci relaciona tal fato com o fenômeno da ‘reescrita’ e conta:

A reescrita faz parte do contradiscurso, originalmente usado por Terdiman (1985) para demonstrar os métodos empregados pelo discurso da periferia contra o discurso dominante do centro imperial. A seleção gira em torno de certos textos particularmente preeminentes e simbólicos que o discurso dominante irradiava para impor sua ideologia. A reescrita tem por finalidade a quebra da ocultação da hegemonia canônica e o questionamento dos vários temas, enfoques, pontos de vista da obra literária em questão, os quais reforçavam a mentalidade colonial. (BONICCI, 2009, p 271.)

A reescrita é fato importante para o processo de descolonização da mente e das produções literárias de uma nação que passou por um longo processo colonizador, como o Brasil. Sabe-se que esse processo é lento e complexo, e acontece nas sutilezas do campo intelectual e das leituras simbólicas carregadas de sentidos. Dessa forma, aos anos que se seguiram após o ‘grito do Ipiranga’ (perceber a palavra indígena aqui presente), culturalmente muita coisa mudou, mas ainda há espaço para importantes transformações porque a emancipação dos povos vai além da independência política e econômica.

Com base na pesquisa de campo, notou-se que a literatura de autoria indígena está timidamente presente na biblioteca da UNEMAT – Sinop. Trata-se de uma universidade localizada e uma área de floresta amazônica e que muito recentemente foi povoada pelo povo Caiabi. Essa mesma literatura está ausente nas bibliotecas das escolas de ensino regular em todo o país, o que inviabiliza o cumprimento de maneira mais acertada da lei 11645/08 que torna obrigatório o estudo da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” nas escolas públicas e particulares. Trata-se de textos ricos em conhecimento sobre a natureza, sobre história do Brasil e da terra que aqui existia antes de receber esse nome, dos povos que aqui existem antes de receber a alcunha (generalizante e totalizadora) de índios. Promove ainda uma reflexão sobre as relações humanas e filosofia própria de um povo que em sua maioria tem profundo interesse na preservação da natureza para viver e prosperar. Jecupé com sua obra cumpre o propósito da reescrita

proposto por Bonicci (2009) e pós abissal proposto por Santos (2009 a) e dissemina esse vasto conhecimento respeitando a cultura e a história de outros povos que habitavam essa terra.

Referências

BIBLIOTECA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO, CAMPUS SINOP. Disponível em: <http://biblioteca.unemat.br/>. Acesso em: 27 out. 2020.

BONICCI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONICCI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. Maringá: Eduem, 2009. p. 257-285.

CAMINHA, Pero Vaz de. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. [S. l.]: Acervo Digital. Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf. Acesso em: 26 out. 2020.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária in DORRICO, Julie. DANNER, Leno Francisco. CORREIA, Heloisa Helena Siqueira. DANNER, Fernando (org.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

ECKHOUT, Albert. *Mulher Tapuia*. 1641. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/indios-brasileiros-retratados-por-um-holandes/>. Acesso em: 27 out. 2019.

JECUPÉ, Kaka Werá. *A terra dos mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio*. São Paulo: Peirópolis, 1998.

MACIEL, Sandra Mara Pinheiro. O diferente – O “Outro” – em A Terra dos Mil Povos. *Revista Scripta Alumni*, Campos de Andrade, n. 5, p. 28, 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Acervos PNBE*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola/acervos>. Acesso em: 27 out. 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do sul*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, 2009 a.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009 b.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR, 2018.

SOUZA, Ely Ribeiro de. Literatura indígena e direitos autorais in DORRICO, Julie. DANNER, Leno Francisco. CORREIA, Heloisa Helena Siqueira. DANNER, Fernando (org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção*. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

TEIXEIRA, Sonaira. Mito e representação identitária em Daniel Munduruku. In: VX Colóquio Nacional de estudos linguístico e literários, 2017, Sinop. *Anais do XV CONAEL*. Sinop: UNEMAT, 2017. p. 193-199.

THIÉL, Janice. *Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

DORRICO, Julie. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária in DORRICO, Julie. DANNER, Leno Francisco.

CORREIA, Heloisa Helena Siqueira. DANNER, Fernando (org.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.